



SL-060AB-21
CÓD: 7908433203490

PENTECOSTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
ESTADO DO CEARÁ

Orientador Social

EDITAL Nº 001/2021, DE 07 DE ABRIL DE 2021.

Língua Portuguesa

1. Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílabas e Tonicidade. Divisão Silábica.	01
2. Morfologia. Componentes de um Vocábulo. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição.	02
3. Formação das Palavras.	07
4. Significação das Palavras.	07
5. Sintaxe: Concordância Nominal e Concordância Verbal.	08
6. Acentuação Gráfica.	09
7. Interpretação de Texto.	09
8. Ortografia	23

Conhecimentos Específicos Orientador Social

1. SCFV – Concepção dos serviços de convivência e Fortalecimento de vínculos;	01
2. O SUAS: Proteção Social Básica e Especial;	10
3. Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais	12
4. Estatuto da Criança e do Adolescente.	34
5. Estatuto do Idoso	70
6. Sistema Único de Assistência Social;	79
7. CRAS: Centro de Referência de Assistência Social; Território de Abrangência;	90
8. Vulnerabilidade Social;	107
9. Matricialidade Sócio familiar e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitário	169

FONÉTICA. ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS. SÍLABA E TONICIDADE. DIVISÃO SILÁBICA
Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, *fonética* “é o estudo dos sons da fala de uma língua”. O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulador. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado. A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

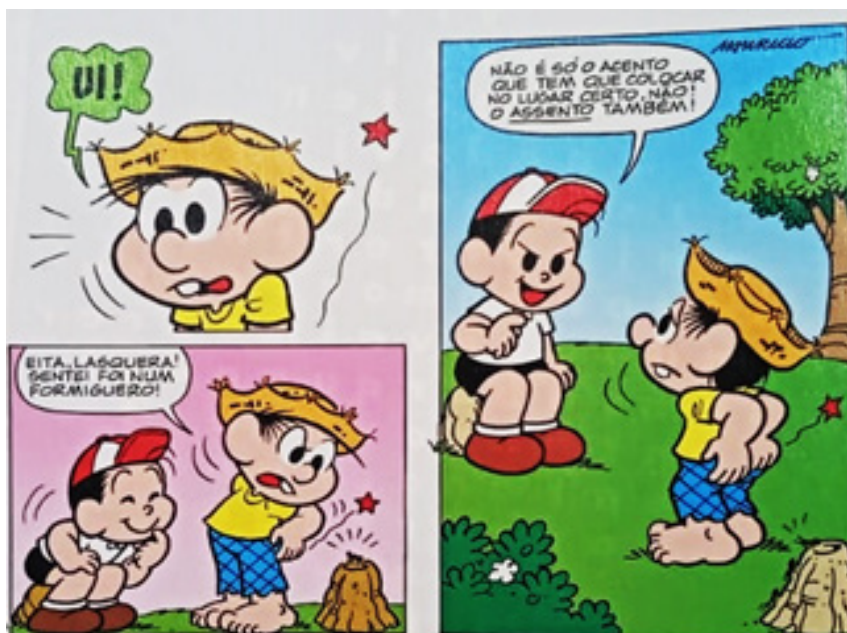
Sintetizando: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Para ficar mais claro, leia os quadrinhos:



(Gibizinho da Mônica, nº73, p.73)

O humor da tirinha é construído por meio do emprego das palavras acento e assento. Sabemos que são palavras diferentes, com significados diferentes, mas a pronúncia é a mesma. Lembra que a fonética se preocupa com o som e representa ele por meio de um Alfabeto específico? Para a fonética, então, essas duas palavras seriam transcritas da seguinte forma:

ACENTO	ASĒTU
ASSENTO	ASĒTU

Percebeu? A transcrição é idêntica, já que os sons também são. Já a fonologia analisa cada som com seu significado, portanto, é ela que faz a diferença de uma palavra para a outra.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos de entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa-. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráfica de uma palavra.

Sintetizando: na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; pê é o primeiro som; e P é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que emitido em um só impulso de voz e que tem como base uma vogal.

A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

- Monossílabas: as que têm uma só sílaba (pé, pá, mão, boi, luz, é...)
- Dissílabas: as que têm duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água...)
- Trissílabas: as que têm três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca...)
- Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo...)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

- **Oxítonas:** quando a sílaba tônica é a última (ca-fé, ma-ra-cu-já, ra-paz, u-ru-bu...)
- **Paroxítonas:** quando a sílaba tônica é a penúltima (me-sa, sa-bo-ne-te, ré-gua...)
- **Proparoxítonas:** quando a sílaba tônica é a antepenúltima (sá-ba-do, tô-ni-ca, his-tó-ri-co...)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra *telefone*: te-, le-, ne- são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que fo- é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

- **Ditongo:** encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (cau-le, gai-o-la, ba-lei-a...)
- **Tritongo:** encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (Pa-ra-guai, quais-quer, a-ve-ri-guou...)
- **Dígrafo:** quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos ch, lh, nh, gu e qu (fa-cha-da, co-lhei-ta, fro-nha, pe-guei...)
- **Encontros consonantais inseparáveis:** re-cla-mar, psi-có-lo-go, pa-trão...)

Deve-se separar:

- **Hiatos:** vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (sa-ú-de, Sa-a-ra, ví-a-mos...)
- Os **dígrafos** rr, ss, sc, e xc (car-ro, pás-sa-ro, pis-ci-na, ex-ce-ção...)
- **Encontros consonantais separáveis:** in-fec-ção, mag-nó-lia, rit-mo...)

MORFOLOGIA. COMPONENTES DE UM VOCÁBULO.
CLASSES DE PALAVRAS: SUBSTANTIVO, ARTIGO, ADJETIVO, NUMERAL, PRONOME, VERBO, ADVÉRBIO, PREPOSIÇÃO, CONJUNÇÃO E INTERJEIÇÃO

CLASSES DE PALAVRAS

Substantivo

São as palavras que atribuem **nomes** aos seres reais ou imaginários (pessoas, animais, objetos), lugares, qualidades, ações e sentimentos, ou seja, que tem existência concreta ou abstrata.

Classificação dos substantivos

SUBSTANTIVO SIMPLES: apresentam um só radical em sua estrutura.	Olhos/água/ muro/quintal/caderno/ macaco/João/sabão
SUBSTANTIVOS COMPOSTOS: são formados por mais de um radical em sua estrutura.	Macacos-prego/ porta-voz/ pé-de-moleque
SUBSTANTIVOS PRIMITIVOS: são os que dão origem a outras palavras, ou seja, ela é a primeira.	Casa/ mundo/ população /formiga
SUBSTANTIVOS DERIVADOS: são formados por outros radicais da língua.	Caseiro/mundano/ populacional/formigueiro
SUBSTANTIVOS PRÓPRIOS: designa determinado ser entre outros da mesma espécie. São sempre iniciados por letra maiúscula.	Rodrigo /Brasil /Belo Horizonte/Estátua da Liberdade
SUBSTANTIVOS COMUNS: referem-se qualquer ser de uma mesma espécie.	biscoitos/ruídos/estrelas/ cachorro/prima
SUBSTANTIVOS CONCRETOS: nomeiam seres com existência própria. Esses seres podem ser animados ou inanimados, reais ou imaginários.	Leão/corrente /estrelas/fadas /lobisomem /saci-pererê
SUBSTANTIVOS ABSTRATOS: nomeiam ações, estados, qualidades e sentimentos que não tem existência própria, ou seja, só existem em função de um ser.	Mistério/ bondade/ confiança/ lembrança/ amor/ alegria
SUBSTANTIVOS COLETIVOS: referem-se a um conjunto de seres da mesma espécie, mesmo quando empregado no singular e constituem um substantivo comum.	Elenco (de atores)/ acervo (de obras artísticas)/buquê (de flores)

NÃO DEIXE DE PESQUISAR A REGÊNCIA DE OUTRAS PALAVRAS QUE NÃO ESTÃO AQUI!

Flexão dos Substantivos

• **Gênero:** Os gêneros em português podem ser dois: masculino e feminino. E no caso dos substantivos podem ser biformes ou uniformes

– Biformes: as palavras tem duas formas, ou seja, apresenta uma forma para o masculino e uma para o feminino: tigre/tigresa, o presidente/a presidenta, o maestro/a maestrina

– Uniformes: as palavras tem uma só forma, ou seja, uma única forma para o masculino e o feminino. Os uniformes dividem-se em epicenos, sobrecomuns e comuns de dois gêneros.

a) Epicenos: designam alguns animais e plantas e são invariáveis: onça macho/onça fêmea, pulga macho/pulga fêmea, palmeira macho/palmeira fêmea.

b) Sobrecomuns: referem-se a seres humanos; é pelo contexto que aparecem que se determina o gênero: a criança (~~o~~ criança), a testemunha (~~o~~ testemunha), o indivíduo (~~a~~ indivíduo).

c) Comuns de dois gêneros: a palavra tem a mesma forma tanto para o masculino quanto para o feminino: o/a turista, o/a agente, o/a estudante, o/a colega.

• **Número:** Podem flexionar em singular (1) e plural (mais de 1).

– Singular: anzol, tórax, próton, casa.

– Plural: anzóis, os tórax, prótons, casas.

• **Grau:** Podem apresentar-se no grau aumentativo e no grau diminutivo.

– Grau aumentativo sintético: casarão, bocarra.

– Grau aumentativo analítico: casa grande, boca enorme.

– Grau diminutivo sintético: casinha, boquinha

– Grau diminutivo analítico: casa pequena, boca minúscula.

Adjetivo

É a palavra invariável que especifica e caracteriza o substantivo: imprensa **livre**, favela **ocupada**. Locução adjetiva é expressão composta por substantivo (ou advérbio) ligado a outro substantivo por preposição com o mesmo valor e a mesma função que um adjetivo: golpe **de mestre** (golpe **magistral**), jornal **da tarde** (jornal **vespertino**).

Flexão do Adjetivos

• **Gênero:**

– Uniformes: apresentam uma só para o masculino e o feminino: homem **feliz**, mulher **feliz**.

– Biformes: apresentam uma forma para o masculino e outra para o feminino: juiz **sábio**/ juíza **sábica**, bairro **japonês**/ indústria **japonesa**, aluno **chorão**/ aluna **chorona**.

• **Número:**

– Os adjetivos **simples** seguem as mesmas regras de flexão de número que os substantivos: **sábio**/ **sábios**, **namorado**/ **namoradores**, **japonês**/ **japoneses**.

– Os adjetivos **compostos** têm algumas peculiaridades: luvas **branco-gelo**, garrafas **amarelo-claras**, cintos da cor de **chumbo**.

• **Grau:**

– Grau Comparativo de Superioridade: Meu time é **mais vitorioso (do) que** o seu.

– Grau Comparativo de Inferioridade: Meu time é **menos vitorioso (do) que** o seu.

– Grau Comparativo de Igualdade: Meu time é **tão vitorioso quanto** o seu.

– Grau Superlativo Absoluto Sintético: Meu time é **famosíssimo**.

– Grau Superlativo Absoluto Analítico: Meu time é **muito famoso**.

– Grau Superlativo Relativo de Superioridade: Meu time é **o mais famoso de** todos.

– Grau Superlativo Relativo de Inferioridade; Meu time é **menos famoso de** todos.

Artigo

É uma palavra variável em gênero e número que antecede o substantivo, determinando de modo particular ou genérico.

• **Classificação e Flexão do Artigos**

– Artigos Definidos: o, a, os, as.

O menino carregava o brinquedo em suas costas.

As meninas brincavam com as bonecas.

– Artigos Indefinidos: um, uma, uns, umas.

Um menino carregava um brinquedo.

Um as meninas brincavam com umas bonecas.

Numeral

É a palavra que indica uma quantidade definida de pessoas ou coisas, ou o lugar (posição) que elas ocupam numa série.

• **Classificação dos Numerais**

– **Cardinais:** indicam número ou quantidade:

Trezentos e vinte moradores.

– **Ordinais:** indicam ordem ou posição numa sequência:

Quinto ano. Primeiro lugar.

– Multiplicativos: indicam o número de vezes pelo qual uma quantidade é multiplicada:

*O **quíntuplo** do preço.*

– Fracionários: indicam a parte de um todo:

***Dois terços** dos alunos foram embora.*

Pronome

É a palavra que substitui os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso.

• Pronomes pessoais vão designar diretamente as pessoas em uma conversa. Eles indicam as três pessoas do discurso.

Pessoas do Discurso	Pronomes Retos Função Subjetiva	Pronomes Oblíquos Função Objetiva
1ª pessoa do singular	Eu	Me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu	Te, ti, contigo
3ª pessoa do singular	Ele, ela,	Se, si, consigo, lhe, o, a
1ª pessoa do plural	Nós	Nos, conosco
2ª pessoa do plural	Vós	Vos, convosco
3ª pessoa do plural	Eles, elas	Se, si, consigo, lhes, os, as

• Pronomes de Tratamento são usados no trato com as pessoas, normalmente, em situações formais de comunicação.

Pronomes de Tratamento	Emprego
Você	Utilizado em situações informais.
Senhor (es) e Senhora (s)	Tratamento para pessoas mais velhas.
Vossa Excelência	Usados para pessoas com alta autoridade
Vossa Magnificência	Usados para os reitores das Universidades.
Vossa Senhoria	Empregado nas correspondências e textos escritos.
Vossa Majestade	Utilizado para Reis e Rainhas
Vossa Alteza	Utilizado para príncipes, princesas, duques.
Vossa Santidade	Utilizado para o Papa
Vossa Eminência	Usado para Cardeais.
Vossa Reverendíssima	Utilizado para sacerdotes e religiosos em geral.

• Pronomes Possessivos referem-se às pessoas do discurso, atribuindo-lhes a posse de alguma coisa.

Pessoa do Discurso	Pronome Possessivo
1ª pessoa do singular	Meu, minha, meus, minhas
2ª pessoa do singular	teu, tua, teus, tuas
3ª pessoa do singular	seu, sua, seus, suas
1ª pessoa do plural	Nosso, nossa, nossos, nossas
2ª pessoa do plural	Vosso, vossa, vossos, vossas
3ª pessoa do plural	Seu, sua, seus, suas

• Pronomes Demonstrativos são utilizados para indicar a posição de algum elemento em relação à pessoa seja no discurso, no tempo ou no espaço.

Pronomes Demonstrativos	Singular	Plural
Feminino	esta, essa, aquela	estas, essas, aquelas
Masculino	este, esse, aquele	estes, esses, aqueles

• **Pronomes Indefinidos** referem-se à 3ª pessoa do discurso, designando-a de modo vago, impreciso, indeterminado. Os pronomes indefinidos podem ser variáveis (varia em gênero e número) e invariáveis (não variam em gênero e número).

Classificação	Pronomes Indefinidos
Variáveis	algun, alguma, alguns, algumas, nenhum, nenhuma, nenhuns, nenhuma, muito, muita, muitos, muitas, pouco, pouca, poucos, poucas, todo, toda, todos, todas, outro, outra, outros, outras, certo, certa, certos, certas, vários, várias, várias, tanto, tanta, tantos, tantas, quanto, quanta, quantos, quantas, qualquer, quaisquer, qual, quais, um, uma, uns, umas.
Invariáveis	quem, alguém, ninguém, tudo, nada, outrem, algo, cada.

• **Pronomes Interrogativos** são palavras variáveis e invariáveis utilizadas para formular perguntas diretas e indiretas.

Classificação	Pronomes Interrogativos
Variáveis	qual, quais, quanto, quantos, quanta, quantas.
Invariáveis	quem, que.

• **Pronomes Relativos** referem-se a um termo já dito anteriormente na oração, evitando sua repetição. Eles também podem ser variáveis e invariáveis.

Classificação	Pronomes Relativos
Variáveis	o qual, a qual, os quais, as quais, cujo, cuja, cujos, cujas, quanto, quanta, quantos, quantas.
Invariáveis	quem, que, onde.

Verbos

São as palavras que exprimem ação, estado, fenômenos meteorológicos, sempre em relação ao um determinado tempo.

• Flexão verbal

Os verbos podem ser flexionados de algumas formas.

– **Modo:** É a maneira, a forma como o verbo se apresenta na frase para indicar uma atitude da pessoa que o usou. O modo é dividido em três: indicativo (certeza, fato), subjuntivo (incerteza, subjetividade) e imperativo (ordem, pedido).

– **Tempo:** O tempo indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Existem três tempos no modo indicativo: presente, passado (pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito) e futuro (do presente e do pretérito). No subjuntivo, são três: presente, pretérito imperfeito e futuro.

– **Número:** Este é fácil: singular e plural.

– **Pessoa:** Fácil também: 1ª pessoa (*eu amei, nós amamos*); 2ª pessoa (*tu amaste, vós amastes*); 3ª pessoa (*ele amou, eles amaram*).

• Formas nominais do verbo

Os verbos têm três formas nominais, ou seja, formas que exercem a função de nomes (normalmente, substantivos). São elas infinitivo (terminado em -R), gerúndio (terminado em -NDO) e particípio (terminado em -DA/DO).

• Voz verbal

É a forma como o verbo se encontra para indicar sua relação com o sujeito. Ela pode ser ativa, passiva ou reflexiva.

– **Voz ativa:** Segundo a gramática tradicional, ocorre voz ativa quando o verbo (ou locução verbal) indica uma ação praticada pelo sujeito. Veja:

*João **pulou** da cama atrasado*

– **Voz passiva:** O sujeito é paciente e, assim, não pratica, mas recebe a ação. A voz passiva pode ser analítica ou sintética. A voz passiva analítica é formada por:

Sujeito paciente + verbo auxiliar (ser, estar, ficar, entre outros) + **verbo principal da ação conjugado no particípio + preposição por/ pelo/de + agente da passiva.**

A casa foi aspirada pelos rapazes

A voz passiva sintética, também chamada de voz passiva pronominal (devido ao uso do pronome **se**) é formada por:

Verbo conjugado na 3.ª pessoa (no singular ou no plural) + pronome apassivador «se» + sujeito paciente.

Aluga-se apartamento.

Advérbio

É a palavra invariável que modifica o verbo, adjetivo, outro advérbio ou a oração inteira, expressando uma determinada circunstância.

As circunstâncias dos advérbios podem ser:

– **Tempo:** ainda, cedo, hoje, agora, antes, depois, logo, já, amanhã, tarde, sempre, nunca, quando, jamais, ontem, anteontem, brevemente, atualmente, à noite, no meio da noite, antes do meio-dia, à tarde, de manhã, às vezes, de repente, hoje em dia, de vez em quando, em nenhum momento, etc.

**SCFV – CONCEPÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA
E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

A configuração do tema deste texto parte da premissa de que a orientação das políticas públicas pauta-se no conhecimento acadêmico-científico e, dado o enfoque programático aqui posto, interessa também reconhecer as experiências concretas dos municípios nos quais o SUAS vem se consolidando nos últimos anos. Essas experiências, especialmente de implementação de serviços socioassistenciais, têm procurado efetivar a direção do SUAS, construindo respostas de coletivos de profissionais, e também de gestores, para lidar com os desafios que se põem em realidades tão diversas como há no Brasil. Por isso, combina-se aqui um conjunto de elementos, tanto de formulações teóricas quanto de estudos empíricos.

Como ponto de partida propõe-se o entendimento de convivência e vínculos como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam. Essa é uma questão que mereceu estudos em várias áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, serviço social, filosofia e psicologia⁵.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E PODER: EXPERIMENTAR A IGUALDADE

Tomando a produção de Vigostsky como uma referência, pode-se afirmar que entender o mundo e atuar sobre ele é possível somente por meio de relações sociais. Ou seja, o sujeito se constitui na relação com o outro e passa a dispor, por meio dessa relação, das conexões estabelecidas por outras pessoas, tendo-as também como referência e contribuição para o coletivo. Assim, são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. No mesmo sentido, é importante destacar a relevância do contexto histórico nessa construção, pois as condições objetivas da vida interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social.

Nessa perspectiva, o educador Paulo Freire agregou o entendimento de que é no processo coletivo, em mutualidade, que se aprendem diferentes saberes igualmente importantes.

Fazendo uma transposição do campo educativo para o trabalho social, a contribuição de Paulo Freire permite sustentar a possibilidade de reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos e para a experiência vivida, quando ambos são colocados diante da finalidade do aprendizado e da proteção do cidadão. Desse modo, é preciso reconhecer que, nas relações educativas e de proteção social, usuários e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. [...] A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 2002, p. 41).

“Assumir-se” tem a força de mobilizar atributos para a construção coletiva de identidades próprias e singularidades. Pressupõe o reconhecimento da capacidade e do direito do outro de fazer escolhas. Ser capaz de fazer escolhas pessoais, políticas, afetivas requer um campo relacional protegido, que confirme as pessoas no leme de sua própria vida, pessoas que pensam, desejam e projetam horizontes para si e para aqueles que estão próximos.

Em síntese, pode-se dizer que este é um traço eminentemente político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade.

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E AFETO: EXPERIMENTAR A SENSIBILIDADE E A CRIATIVIDADE

Até aqui se delineou uma convivência entre sujeitos de direitos que se constituem à medida que se relacionam, capazes de escolha e de autonomia e de aprenderem entre si. Nesse percurso de entendimento, outros elementos a serem destacados são: estes sujeitos se constituem na diferença e são capazes de afetarem-se mutuamente.

A capacidade de afetar e ser afetado pode ser dita, analogamente, como poder deixar marcas no outro e ter marcas do outro em si. Trata-se de uma formulação da filosofia de Espinosa, apropriada pela psicologia social na produção da pesquisadora Bader Sawaia (2003, 2004, 2009). Afetar e ser afetado são efeitos inerentes aos encontros entre as pessoas. Esses encontros podem favorecer a expansão da vida, o sentimento de valorização, estimular a ação para mudanças; ou podem gerar subordinação, desqualificação, redução de vida, desumanização. Assim, sentimento e capacidade para agir são, nessa matriz de pensamento, inseparáveis. Poder-se-ia dizer que sentimentos de valorização e de potência estão para fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos.

Nos encontros que expandem e fortalecem as pessoas, estabelecem-se “paixões alegres”, que ampliam a potência de agir, fortalecendo a vontade de estar com os outros, de compartilhar e de se afirmar como pessoa. Mas, se os encontros desvalorizam e reduzem a vitalidade nas pessoas, estabelecem-se “paixões tristes”, que imobilizam, deprimem ou geram revoltas. Assim, as emoções não estão dadas, não são passivas, não estão pré-definidas pela característica pessoal, elas são produzidas nos encontros e são força motriz das ações.

Esses estudos reposicionam a questão das emoções tanto nos estudos acadêmicos quanto na orientação programática de políticas sociais, visto que estabelece outros nexos entre ação e razão, bem como buscam superar os modismos nos quais a emoção é entendida como uma força interior que a partir do auto-esforço, da autoajuda o indivíduo modifica ou supera. Há uma supervalorização do prefixo “auto”, que no limite torna-se uma ação disciplinadora e que responsabiliza o indivíduo e o convoca a ser feliz, bem humorado e conformado (SAWAIA, 2003).

Essa compreensão convoca um ponto de vista que reconhece que as emoções são desencadeadas a partir da forma de tratamento recebido, do modo como se é visto pelos demais, do modo como se é acolhido e ouvido ou do estatuto que se dá à fala de um sujeito e às decisões que ele toma.

Dessa forma, os modos de convivência afetam as pessoas e fazem um efeito na razão e no entendimento que elas têm de si e do mundo em que vivem, podendo mobilizá-las ou não para enfrentar as condições de existência. Investir nos encontros que geram afetos que potencializam a ação é contrapor-se, no plano da convivência, às relações sociais cristalizadas que geram dependência, subordinação ou submissão.

Soa óbvio mencionar a importância de se perguntar como a própria família define seus problemas, suas necessidades, seus anseios e quais são os recursos de que ela mesma dispõe. Menos óbvio é pensar como ouvimos suas respostas e o estatuto que atribuímos ao que se diz (SARTI, 2010, p. 34).

No entanto, os encontros também geram “paixões tristes”, que despotencializam a ação. As diferenças entre os sujeitos são elementos que compõem a convivência geradora de submissão e subordinação. Num encontro em que um jovem:

- não é aceito para uma vaga de trabalho porque mora na periferia;
- é apelidado na escola como “o LA” porque cometeu um ato infracional;
- é abordado pela polícia por ser negro e estar caminhando muito rápido;
- não é aceito em um grupo por ser homossexual;
- não pode acompanhar a família num lugar público só existem escadas porque usa uma cadeira de rodas;
- é barrado na entrada de um shopping porque suas roupas estão puídas.

Essas vivências produzem emoções tristes, constrangimentos, sofrimento e reduzem a capacidade de agir desse jovem. Assim, eles aprendem a se “embotar” em convivências discriminadoras, que reduzem sua capacidade de expandir a vida e formular projetos pessoais e coletivos.

[...] é preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeitos desqualificados socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento. [...] Não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram e as direcionaram, para conhecer a implicação do sujeito com a situação que os emociona (SAWAIA, 2004, p. 109-110).

Destaca-se, dessa forma, a importância das emoções/afetos na atividade humana, permitindo que seja considerada uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, pois a necessidade de reconhecimento e de expansão da vida manifesta na felicidade e na liberdade são tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material.

Para que situações de conflitos sejam modificadas, não é suficiente pensar sobre elas, pois isso não altera as emoções. Somente quando se entra em contato com o que há de mais singular da vida social e coletiva (os afetos) é que se promove uma transformação social. Estudar a afetividade se justifica porque ela revela como o sujeito é afetado nas relações sociais e se isso aumenta ou diminui sua potência de agir (ZOZZOLI, 2011, p. 3).

Vale lembrar que, nessa perspectiva, as emoções/afetos não são propriedades ou características individuais, mas decorrentes das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas num dado momento histórico, conforme já se afirmou anteriormente.

No entanto, numa perspectiva de incluir um entendimento alargado do conceito de vínculo para que seja possível precisar o que se quer fortalecer, vale considerar o que a psicologia com referência psicanalítica e seus estudiosos têm a dizer sobre os vínculos. Os teóricos, Melanie Klein, Bowlby e Winnicott, estudaram o processo de vinculação (relação de objeto) entre o recém-nascido e a mãe (adulto que realiza os cuidados e a amamentação). Esses estudos mostram que a precocidade e intensidade desta comunicação corporal, não só alimentar, da criança com a mãe é uma primeira expressão da capacidade de se relacionar e vincular (OLIVEIRA, 2000, p. 159). Assim, o comportamento de vinculação [é entendido] como qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com um outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral (idem, p. 158). Esse entendimento chama a atenção para o fato de que o processo de vinculação tem início nos primeiros dias de vida, como já dito anteriormente, e agrega a perspectiva de ser uma produção transgeracional e imamente à produção de sujeitos.

Retomando as contribuições da psicologia social, a produção de Pichon-Riviere e Moreno podem colaborar para ampliar o entendimento de alguns aspectos.

Na produção de Pichon-Riviere, destaca-se a compreensão de que vínculo é uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem (PICHON-RIVIERE, 2007). Parte do que ele denomina estrutura complexa diz respeito aos conceitos já tratados neste texto e parte refere-se a uma dimensão psíquica/interna que informa que os modos de se vincular, de se ligar a um objeto (outra pessoa) podem sofrer cristalizações, fazendo com que o sujeito repita um jeito de se relacionar, quase que independente dos outros que participam do jogo relacional. Estas cristalizações foram construídas em relações difíceis de serem vividas, muito provavelmente, na primeira infância. De qualquer modo, a relevância reside em reconhecer que na convivência se constituem ligações/vínculos entre as pessoas e que essas vivências determinam modos de se relacionar e também que algo da natureza do intangível se passa nestes momentos, que não se pode controlar, mas que incide na aprendizagem dos sujeitos que participam desse encontro.

Portanto, as cristalizações também podem ser desarticuladas nas situações de convivência, resultando no estabelecimento de vínculos mais flexíveis.

Não apenas repetição, mas também criação de novos modos de agir e de se relacionar. Poderia aqui acentuar a dimensão estética, da ordem do sensível e do criativo.

Já a produção de Moreno permite compreender que vínculo é o resultado das relações e que a vivência humana está marcada por papéis, desde o nascimento e ao longo de toda a vida do indivíduo, enquanto experiência pessoal e modalidade de participação social.

Papel é a forma de funcionamento que assume um indivíduo, no momento em que reage frente a uma situação também específica na qual estão envolvidos outras pessoas e outros objetos. Logo, podemos dizer que é o que determina o sentido da ação. Pode-se definir papel como uma unidade de experiência sintética na qual se fundiram elementos privados, sociais e culturais (MORENO, 1984, p. 11).

O conceito de papel, que pressupõe interrelação e ação, é central para a teoria psicodramática. Neste escopo, afirma-se que no começo existia o grupo, no fim, existia o indivíduo (MORENO, 1983, p. 21-22). Ou seja, o eu emerge dos papéis; antes mesmo de ter a noção de eu, da personalidade, ou de construir a linguagem falada, a criança desempenha papéis.

Dessa forma, não há possibilidade de exercer o papel de pais sem filhos, com o nascimento de uma criança começam a nascer, simultaneamente, e pai e filho(a) ou mãe e filho(a). A família de origem determina certos papéis, e o que o bebê faz modifica estes papéis. A entrada de novos relacionamentos oferece a oportunidade de desenvolver outros. O movimento de cada um em seus relacionamentos, suas escolhas desenvolve novos papéis e desenvolve este sujeito pelo exercício de seus papéis sociais. Neste processo elegemos novas relações que passam a fazer parte de nosso átomo social, alterando a estrutura anterior. A ação, a capacidade de agir, é composta dos papéis e dos vínculos estabelecidos por meio das complementações dos papéis.

O repertório sociocultural de um grupo familiar/comunitário tem particularidades por ter sido produzido por meio de co-ação, co-vivência e co-experiência, desde o momento de nascimento de cada membro. Essa configuração dá a possibilidade de cada um desenvolver papéis determinados pela cultura na qual será inserido.

É possível compreender que os sujeitos se constituem nas relações e lhes é apresentada uma pauta social de expectativas e que no exercício mesmo destes papéis cada um pode transformar estes

papéis e imprimir mudanças no repertório sociocultural de um grupo. Nas palavras de Moreno (1992, p. 148), para fazer frente às várias situações traumáticas da vida e do nosso dia a dia, quanto mais pudermos dar respostas novas a situações antigas, mais saudáveis e criativos seremos.

Considerando as formulações dos dois autores, Pichon-Riviere e Moreno, configura-se um entendimento de que o campo relacional traz consigo uma determinada potência que em decorrência de vivências traumáticas pode ser aprisionado, ou melhor, não efetivar-se em ações, permanecer em cristalizações. No entanto, a possibilidade de pôr em funcionamento essa potência é experimentando relacionar-se de forma criativa, agindo nas relações e por causa delas.

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade auto-enriquecedora de maneira contínua na sua relação com o mundo. [...] Para apreender os recursos íntimos desta produção - estas rupturas de sentido autofundadoras de existência - a poesia, hoje, tem talvez mais a nos ensinar que as ciências econômicas e as ciências humanas juntas (GUATTARI, 1990, p.17).

CONVIVÊNCIA, VÍNCULO E ÉTICA: EXPERIMENTAR A SOLIDARIEDADE

Promover bons encontros, que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar situações conflituosas, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e mais justo. Enfim, promover mudanças em que haja corresponsabilidade entre a ação das políticas sociais e os sujeitos usuários.

Esta corresponsabilidade, que valoriza e investe na potência de agir está implicada com o ponto de vista coletivo, que demanda participação, aqui entendida como sinônimo de tomada de decisão (Bobbio, 2000), ou seja, corresponsabilidade com decisão coletiva.

Participar não se restringe a aderir, pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação para um objetivo. Assim, participação pode ser um qualificativo da convivência, uma visão ampliada que inclui estar, posicionar-se nas decisões que lhe diz respeito (MDS, 2009).

Outra dimensão a ser considerada ao se tratar de participação é o fato de ser um importante instrumento de educação política: ação responsável, individual, social e política resultante do processo participativo, no sentido de que, quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo (PATEMAN, 1992, p. 38). Essa experiência de participar diz respeito não só à diferenciação entre os interesses privados e públicos, individuais e coletivos, mas também aos efeitos subjetivos, alterando significativamente a inter-relação e compreensão das pessoas quanto às instituições das quais participam (idem, 1992, p. 35).

Inserir a participação como um elemento no debate sobre fortalecimento de vínculos associa-se à ideia de ampliação de relações na perspectiva da vivência da cidadania, pressupõe compreender que a participação exige que condições sejam criadas para favorecer-las e essas condições têm relação com acesso à informação e com formação para participar. Para Muñoz (2004), participação não se improvisa e não se aprende de imediato, requer reconhecer que não se está no lugar do outro, mas que é possível fazer perguntas inteligentes e respeitadas que permitam que o outro expresse suas características, o que e como pensa, o que e como sente e deseja. Para esse autor, participação é sinônimo de compartilhamento de poder com as pessoas e só aquele(a) que participa pode ser e sentir-se cidadão(ã), sentir a cidade como sua, sentir-se orgulhoso/a de viver em “sua” cidade (MUÑOZ, 2004, p. 57).

Na formulação feita por orientadores sociais, a participação constrói reciprocidade, coloca os profissionais na vida cotidiana das famílias:

As mães sempre colocam pra gente que seja serviços públicos, seja polícia, saúde, eles procuram os equipamentos, e aqui o movimento é contrário dos equipamentos, nós procuramos estar junto delas, portanto de alguma forma a gente tá dentro da casa delas, [...] eles entendem que o equipamento público tá lá dentro, por isso esse tanto de mães acaba recorrendo à gente para orientar, dar uma palavra amiga, uma orientação mesmo, do que eles podem fazer, quais são as possibilidades, o que ele pode fazer dentro da comunidade, o que ele pode evitar; Então isso eu entendo como uma aproximação muito grande, tenho dificuldade de identificar qual outro equipamento público que tem essa ação, essa capilaridade (Cristiane – pedagoga – coordenadora técnica - GDF).

Além da educação do cidadão e da garantia de legitimidade das decisões, a participação tem ainda uma terceira função, que é a de conferir às pessoas o sentimento de pertencimento àquela instituição da qual participa com poder decisório. Assim, estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum.

Os técnicos apontam o valor dos laços afetivos; esta é uma condição para a inclusão dos usuários em dispositivos de decisão:

Para que essa mãe possa contar comigo, eu preciso ter um vínculo afetivo com ela, de proximidade para que ela possa confiar em mim e tenhamos uma relação legal que vá para além do grupo, porque o trabalho não é só o grupo é a família como um todo (Arlete – psicóloga CRAS Alterosa – Prefeitura de Betim).

Nesse sentido, Stela Ferreira (2012), considerando a participação nos serviços socioassistenciais, aponta que, por vezes, participar está restrito a escolher um tema de interesse a ser debatido ou inserido como palestra ou oficina a ser realizada. Há que se considerar o que esse interesse mobiliza nas relações com os outros, nos espaços, nos territórios, na cidade e, ainda, como essa manifestação de interesse compõe os processos de decisão.

Intensifica-se, pela via da participação, a forte sinergia entre o traço político e ético dos vínculos sociais, pois tais manifestações, embora aparentemente menores, podem ser catalizadoras de processos mobilizadores de ações mais amplas, pois rompem fronteiras e limites simbólicos e de poder ao motivar uma ação responsável consigo e com a coletividade. Uma motivação para agir que envolve o interesse, mas também uma dimensão afetiva, expressa no sentimento que motiva a querer conhecer ou alcançar uma dada condição.

Por fim, há uma tensão e disputa para que o objeto de interesse e desejo do cidadão usuário seja incluído nas decisões que orientarão o trabalho social.

Participar supõe modos de se expor, de ver e ser visto, de criticar e ser criticado, ser capaz de argumentar, colocando em circulação diferentes saberes e modos de produção de conhecimento. Tomados em sua igualdade, estes conhecimentos podem circular sem reafirmar hierarquias, podem ser questionados sem ser desqualificados (MDS, 2009, p. 44).

Essa conjugação conceitual, que delinea a convivência numa medida que permita traçar seus limites no escopo da Política de Assistência Social, é sintetizada por Sposati (2012) quando sintetiza: convivência é forma e vínculo é resultado. Assim, é possível reconhecer que o conjunto de elementos combinados nesta narrativa também fala da produção de ligações entre sujeitos de direito, capazes de afetar e ser afetados nos encontros, produtores e produzidos pelo contexto em que vivem, capazes de escolha e decisões coletivas pelas quais se corresponsabilizam, que participam e combinam objetivos comuns e, assim, aprendem a participar, sentindo-se pertencentes a um lugar, ou seja, capazes de identificar/reconhecer e afirmar o valor/ qualidade dos vínculos constituídos em sua trajetória.

Para compor o entendimento de vínculos, destaca-se a contribuição do sociólogo francês Serge Paugam (2008), que define uma tipologia de vínculos. Sua produção se faz no debate em torno da crise dos vínculos sociais, que ele associa ao reconhecimento das transformações contemporâneas dos homens e de suas relações.

Ele ressalta que:

[...] a expressão 'vínculo social' é atualmente empregada para designar todas as formas de viver em conjunto, a vontade de ligar os indivíduos dispersos, a ambição de uma coesão mais profunda da sociedade no seu conjunto (PAUGAM, 2008, p. 4).

Paugam desenvolve uma tipologia de vínculos sociais que se expressam, em síntese, a partir da formulação de que os vínculos caracterizam um movimento que se estabelece em duas direções "contar com", expressão que traduz o que o indivíduo pode esperar das relações por ele estabelecidas e "contar para" que expressa a expectativa e reconhecimento ao materializar o que as pessoas esperam daquele indivíduo. Assim, afirma:

Os sociólogos sabem que a vida em sociedade coloca todo ser humano desde o nascimento numa relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos os estados de socialização a base do que se poderia denominar homo sociologicus, o homem ligado aos outros e à sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (PAUGAM, 2008, p. 4).

Definem-se quatro tipologias de vínculos, de acordo com modos de filiação:

O primeiro desses vínculos é de filiação/parentesco/ ou a relação pai-filho, dividida em duas formas: 1) a filiação natural, pela qual cada pessoa nasce numa família; e 2) a filiação social, exemplificada na filiação adotiva.

Nessa relação, segundo psicólogos sociais, existe uma função socializadora e de identidade que contribui para o desenvolvimento infantil e que pode afetar relacionamentos íntimos futuros, conforme dito anteriormente.

Uma segunda tipologia estabelecida é a filiação de natureza eletiva, que está ligada à socialização fora da família na qual o indivíduo tem contato com outras pessoas, grupos e instituições. Ela pode ocorrer em: grupos de amigos, comunidades locais, instituições religiosas, esportivas, culturais, gangues de bairro, etc. Nesse processo, o indivíduo interage e tem também um papel autônomo, pois ele pode construir sua própria rede de pertencimento para além das relações domésticas ou de consanguinidade.

A relação de filiação orgânica, o terceiro tipo de vínculo, está relacionado ao trabalho e à oportunidade de exercer atividade produtiva e de ter a segurança para o futuro com proteção social, que deriva dessa condição de trabalhador.

Por fim, se estabelece o quarto tipo, o vínculo de cidadania, que se expressa no sentimento de pertencimento a uma nação, logo, um membro reconhecido pelo país por meio de direitos e deveres.

Para o autor, essas quatro tipificações apresentadas são complementares e interligadas, elas constituem um tecido social que envolve e implica cada pessoa. A intensidade dos laços varia entre as pessoas e depende do tipo de socialização vivenciada nas diferentes esferas da vida.

Estudos sobre sociabilidade apontam a importância de se considerar as relações e os vínculos estabelecidos entre e pelas pessoas e grupos sociais, pois eles informam suas condições de vida em sentido multidimensional.

Afirmam que os processos de sociabilidade se estabelecem em diferentes circunstâncias, que são desencadeadas por distintas motivações:

Na produção [de processos de sociabilidade], combinam-se estratégias norteadas por várias racionalidades, acaso, decisões de outros indivíduos e constrangimentos relacionais provocados por processos mais amplos como a migração, a mudança de endereço, a frequência a certos locais e determinadas práticas, entre outros (MARQUES, 2010, p. 188).

Nesse sentido, o que importa de fato é investigar/compreender como são os padrões de relação das pessoas e de que maneira as redes derivadas dessas relações são mobilizadas por elas e o quanto influenciam suas ações.

Em síntese: "com que" as pessoas contam e "para o que" contam-se com elas - eis uma bússola para mapear relações de proteção ou de ausência de proteção desde a esfera privada (intrafamiliar), passando pela sociabilidade mais ampla (vínculos por escolhas afetivas ou de identidade social), até a esfera de reconhecimento público, que pauta as atenções e serviços públicos (relações de cidadania pautadas em responsabilidades do Estado e direitos do cidadão). Esse quadro desloca a perspectiva de considerar os vínculos de uma pessoa fracos ou fortes em relação a outras pessoas, passa a ser necessário qualificar/caracterizar os vínculos para dimensionar a proteção socioassistencial.

Na mesma direção, a construção de laços afetivos e de referência ou, dito de outra forma, "contar com" pessoas ou serviços para diferentes momentos e situações na vida, é um aspecto muito importante para compreender a convivência familiar e a capacidade protetiva de famílias, logo, trata-se de discutir convívio e convivência no campo da proteção socioassistencial ou proteção social na assistência social. Todavia, discutir essa vivência do "contar com" como instrumento de proteção não é suficiente para discutir uma política de convívio, pois ela é mais do que uma questão de proteção, pois supõe um reconhecimento social e tem um potencial maior para discutir e alargar padrões de civilidade e cidadania (SPOSATI, 2012).

Depreende-se, portanto que esses diferentes autores, ao definirem conceitualmente "vínculos", estão trabalhando com duas dimensões: apoios que as pessoas contam em situações difíceis e reconhecimento social derivado da representação que essa pessoa tem para seus pares. Essa é uma discussão a ser aprofundada, especialmente a partir das práticas profissionais e dos conhecimentos produzidos, pois os profissionais usam frequentemente a expressão "vínculos fragilizados" sem explicitar seus sentidos e para quais situações esta classificação está sendo utilizada.

Nessa direção, os especialistas entrevistados trazem também contribuições para o debate sobre vínculos (TORRES, 2012). É o caso de Aldaíza Sposati (2012), ao destacar que desconhece gradientes de vínculo que se pautem pela ótica da proteção social. Assim, vínculos fortes ou fracos precisam ser avaliados, tanto nas relações intrafamiliares quanto nas suas redes de apoio, o que significa também considerar o elemento agressor, ou seja, o quanto aquela situação demanda proteção e quais vínculos suportarão enfrentar a agressão.

Para a pesquisadora Carla Bronzo (2012), é necessário fazer uma distinção e analisar com mais cuidado o que é vínculo. Quando se pensa na atuação orientada para vínculos familiares e comunitários, é necessário reconhecer que são coisas diferentes e indicam eixos programáticos distintos. O primeiro pressupõe uma dimensão psicossocial, que pode também incluir uma intervenção terapêutica. Já para os vínculos sociais e comunitários, a metodologia é mais coletiva e menos intrafamiliar. Assim, a conotação e os objetivos do trabalho seriam distintos.

A autora considera, ainda, que é preciso saber o que olhar para saber que efeito se pretende criar e como o trabalho está funcionando. Assim, é necessário identificar as situações de fragilização de vínculos e como são motivadas. Tem a ver com ausência de autoridade, com ausência de afetividade? Em que medida os vínculos estão sendo fortalecidos? Nesse caso, vale a pena padronizar por instrumentais e criar indicadores de fortalecimento de vínculos, definindo que situações precisam ser observadas e permitem afirmar que houve fortalecimento de vínculos.

Na observação das práticas desenvolvidas e nos debates estabelecidos com especialistas e profissionais que atuam diretamente no serviço, uma concepção predominante é aquela que identifica que construir e sustentar vínculos são conteúdo na política de assistência social, pressupõe, portanto, a aproximação de conteúdo e método, pois na medida em que os profissionais, no próprio serviço e por meio da sua intervenção, tornam-se referência e constroem vínculos - do profissional com o sujeito e dele no grupo e do grupo entre si (grupo convivente) – ele também fomenta a ampliação e diversificação dos vínculos e das relações desse sujeito.

Ana Lígia Gomes (2012), ao refletir sobre as particularidades desse trabalho na assistência social, aponta que deve haver uma direção, uma intencionalidade para a construção de vínculo, e esse vínculo é uma tradução de afeto. Entende como uma condição essencial para o desenvolvimento do trabalho o estabelecimento do vínculo com os profissionais e a construção de uma referência, especialmente para crianças e adolescentes. Destaca, ainda que o vínculo a ser estimulado pelo trabalho não se reduz aos profissionais, mas é também dos usuários entre si.

A gente tem várias áreas, mas a gente usa esse meio para chegar num fim, que é o fortalecimento de vínculos. [...] às vezes uma criança dessas, um adolescente tem muito mais liberdade para falar com a gente, que tá convivendo todos os dias, que tá prestando atenção nos mínimos detalhes, do que, de repente, com um professor, com um profissional da saúde, ou mesmo com seu pai, sua mãe, seu irmão. Então, isso eu acho que é importante, fundamental e insubstituível no processo (Cleyton, educador social – meio ambiente - GDF).



FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FINALIDADES

A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benevolência ou da caridade (SPOSATI, 2009, p. 27).

Considerando as diversas interlocuções estabelecidas e as contribuições realizadas, configura-se precisão ao conceito de fortalecimento de vínculos ao tomá-lo como resultado do trabalho social, fazendo uma ligação efetiva com a perspectiva da vulnerabilidade relacional. Ou seja, vínculos fortalecidos é o resultado do trabalho social que intervém nas situações de vulnerabilidades relacionais, produzindo proteção socioassistencial.

No sentido de concretizar essa perspectiva, elaborou-se um conjunto de indicadores que precisa ser tomado como orientador das estratégias de investigação/pesquisa dos profissionais da Política de Assistência, ao mesmo tempo em que compõem os planos individuais e coletivos com os usuários, em direção à ampliação e diversificação do campo relacional. Dessa forma, permitem a identificação e qualificação dos resultados obtidos no exercício profissional e nos desafios da política.

Esses indicadores trazem um aspecto intrínseco, que é a parcialidade, e estão associados entre si, criando, no conjunto, um efeito de pertencimento. A parcialidade se expressa no uso do pronome “alguns”. Esses indicadores foram formulados a partir da pesquisa, entrevistas e visitas realizadas, ou seja, identificados nos discursos e nas práticas dos profissionais e pesquisadores.

ALGUMAS RELAÇÕES DE PARENTESCO SÃO FONTE DE AFETO E APOIO ORDINÁRIO

Parte das relações de parentesco traz uma dimensão afetiva e apoiadora no cotidiano, capaz de proteger os indivíduos e/ou grupos. Há aqui o reconhecimento de que não são todas as relações familiares que são capazes de proteger e de que aquelas que apresentam laços positivos e presença afetiva e ordinária precisam ser identificadas e valorizadas.

Evidencia-se que os elementos fortalecedores são o gostar e apreciar o outro, além de contar com ele para questões prosaicas do cotidiano.

Esse indicador de fortalecimento de vínculos supõe que é necessário mapear as relações familiares para dimensionar quais precisam ser fortalecidas/intensificadas e quais precisam ser restringidas.

ALGUMAS RELAÇÕES COM AMIGOS SÃO FONTE DE AFETO, VALORIZAÇÃO E PRAZER DE VIVER JUNTOS

As relações entre pessoas que se aproximam por contingências da vida e que estabelecem afinidades eletivas, interesses comuns e um cotidiano partilhado são capazes de constituir proteção. A amizade é um tipo de relação sempre positivada, pois, quando algo rompe este laço, as pessoas não se reconhecem mais como amigas. Os elementos que fortalecem os laços são o gostar e apreciar o outro, afinidades e interesses comuns e o prazer de gostar e de ser gostado, admirar e ser admirado por um outro, ou seja, um conjunto de evidências de reciprocidade.

Reconhecer e valorizar as relações de amizade em situações de vulnerabilidade podem ser oportunidade de redução de risco e ampliação de proteção.

ALGUMAS RELAÇÕES ORGÂNICAS SÃO FONTE DE PARCERIA E DE REALIZAÇÕES PRODUTIVAS

As relações produtivas, por promoverem o estabelecimento de rotinas e demandarem colaboração na realização dos desafios cotidianos do trabalho, criam laços entre pessoas/ grupos e com a tarefa que realizam juntas. Esses laços são capazes de proteger, em razão de seu efeito concreto de permitir que as pessoas afirmem com quem podem contar em seus desafios produtivos e com quem pode comemorar suas realizações.

É necessário considerar que a importância reside em ter estabelecidas algumas relações de trabalho que tenham esses laços e que nem todas cumprirão esta função.

Ter experiências de usufruir igualmente de direitos no cotidiano e identificar demandas compartilhadas/coletivizadas agrega sentimento de pertencimento. Compartilhar questões comuns - na maior parte das vezes, de dificuldade, mas também de sonho e, coletivamente, lutar por isso - permite que as pessoas aprendam umas com as outras, exercitem o diálogo, entendam-se e também conquistem aquilo que desejam.

Esses processos de luta por demandas/interesses comuns e de perceber-se como igual são capazes de proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

É sempre importante lembrar que, nesses processos, existem conflitos e muitos problemas a serem enfrentados, mas que eles são fortalecedores e precisam ser mapeados, promovidos e valorizados.

AS RELAÇÕES COM OS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO FONTE DE REFERÊNCIA DE CONTINUIDADE E AMORALIDADE NO ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

Aqui a perspectiva de parcialidade não se apresenta, pois em relação aos serviços socioassistenciais não está prevista a possibilidade de que a ação profissional não seja de proteção. Em decorrência disso, há que se enfrentar com precisão o desafio de tornar-se referência de continuidade e amoralidade.

“Tornar-se referência” significa apoiar-se em conhecimentos técnicos, associado a um posicionamento ético que escuta as demandas de proteção das pessoas, como um direito a ser garantido, e ter capacidade de agir de forma acolhedora, compartilhando decisões e valorizando a autonomia dos usuários, não só sua boa conduta. Dito de outra maneira:

Esses dois elementos – certeza e satisfação de necessidades sociais - nos ajudam a responder para quem vale a referência que as equipes de profissionais do SUAS constroem: são referências de proteção social para as famílias e indivíduos, que têm nas equipes a certeza de que encontrarão respostas qualificadas para suas necessidades. Uma referência, portanto, construída a partir de conhecimentos técnicos específicos e de uma postura ética que, ao acolher as necessidades sociais dos cidadãos como direito, acenam em direção a horizontes mais acolhedores, compartilhados e de maior autonomia (NOB-RH, 2011, p. 42).

Estes processos de presença institucional/pessoal, ausência de julgamento moral das condutas, certeza e empenho em garantir a satisfação das necessidades sociais, com atenção diferenciada às questões relacionais, são capazes de proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

OS TERRITÓRIOS TECIDOS POR ESSAS RELAÇÕES SÃO VALORIZADOS COMO LUGARES DE PERTENÇA

As vulnerabilidades, como já dito anteriormente, por muitas vezes, são produções deflagradas pelo local habitado.

Mais que isso, os territórios são produções da interação do meio físico humano e não humano (ambiente), em que a trama das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia compõem o cenário e a história ali vivida. Assim, conhecer e valorizar esse conjunto de aspectos é condição para materializar a proteção socioassistencial para pessoas/grupos.

Dimensionar os elementos que concorrem na produção de vulnerabilidades e neles intervir ou buscar intervenção e, ao mesmo tempo, identificar os atributos que conformam os lugares de pertença, ou melhor, aquilo que é valorizado pelos habitantes e suas motivações são ações importantes para proteger indivíduos e/ou grupos, etc.

Em outras palavras, os profissionais devem, ao intervir nos territórios vividos pelas pessoas e grupos, identificar e potencializar as habilidades e potencialidades existentes.

Isso possibilita prevenir situações de risco social e pessoal. Como proposto, esses indicadores objetivam criar sinergia e compromisso mútuo entre profissionais, gestores e usuários no sentido de garantir proteção socioassistencial.

CONVIVÊNCIA COMO PROCESSO E METODOLOGIA

As vulnerabilidades relacionais em suas características e sutilezas e os indicadores que demonstram o fortalecimento de vínculos na perspectiva de ampliação e diversificação, há que se dedicar a dimensionar as tecnologias e ferramentas com que se vai minimizar/eliminar vulnerabilidades e conquistar proteção socioassistencial.

O caminho percorrido no âmbito da pesquisa que compôs/contribuiu com esta elaboração permitiu que experiências fossem observadas, registradas e fossem sinalizando, em pequenas e simbólicas atitudes e em diferentes “modos” de fazer/potencializar a prática profissional nessa política, que essa direção ganha materialidade no cotidiano, o que exige essencialmente que um saber preliminar, pré-existente, seja repertório para os envolvidos criarem. Ilustramos a seguir como se concretiza, na elaboração de profissionais e usuários, esse elemento que é essencialmente ético-político:

Antes nós fazemos uma reflexão, o porquê, porque tudo tem uma razão. Nós levantamos a situação, problematizamos com eles a partir dos exemplos que eles têm, pra depois nós construirmos algo da parte que a gente tem, não é nada assim: vamos fazer, não, é tudo comentado, por isso a gente senta, se reúne, planeja, porque na verdade é mais importante eles falarem do que a gente, a gente pensa em completar alguma informação que às vezes é curiosidade, passa despercebido, para pontuar, mas quando eles falam é importante mesmo (Márcia – Educadora Social – dinamização - GDF).

Quando tem uma atividade que a gente não gosta nós falamos: “Ah! Isso é chato, e aí podemos fazer outra coisa” (Juliana – 10 anos, usuária do COSE – GDF).

Este processo de criação/planejamento coletiva/coletivo implica que ao ingressar numa postura de busca ativa no território de vida dos usuários, [os profissionais vão] se situar num lugar estratégico para a construção de um cuidado contextualizado aos modos de vida dos usuários (LEMKE, 2011, p. 979).

Desse modo, as situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas, preparadas e a experiência é o foco de análise e entendimento. A abordagem é de horizontalidade, que implica na alternância e variação de lugares, de saber e poder, com o objetivo de ampliar, fortalecer e diversificar modos de relacionamento e os laços produzidos. Essa abordagem se concretiza por meio de encontros, de conversações e fazeres, caracterizados por:

ESCUITA

Estratégia que cria uma ambiência e um clima em que a história do outro é ouvida tanto como realização quanto processo que constituiu o sujeito que fala, portanto, pertencente a uma lógica temporal não cronológica. Assim, a narrativa é constituída a partir do interesse daquele que escuta. As perguntas que animam a narrativa estão ligadas a elementos da própria fala e não de um roteiro prévio a ser seguido. Interesse na história e apreço pelo trajeto vivido pelo sujeito que narra, busca dos motivos e não das justificativas, busca do entendimento e não do julgamento sobre as situações que são componentes estruturantes dessa técnica.

Saber que há legitimidade e interesse pela sua narrativa oferece segurança para poder partilhar questões aflitivas ou importantes e isso fortalece vínculos.

POSTURA DE VALORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO

Estratégia que considera as questões e problemas do outro como procedentes e legítimos (apenas porque ele foi capaz de formular e de expressar). A solução, por sua vez, se faz num processo de interações e responsabilidades compartilhadas entre este sujeito/grupo e os profissionais dos serviços socioassistenciais. Essa postura exige um ponto de vista amoral, em que não se coloca a afirmação: “Eu não faria isso” e, sim, o questionamento: “O que se pode fazer já que isso foi feito”.

SITUAÇÕES DE PRODUÇÃO COLETIVA

Estratégia que fomenta relações horizontais e permite realização compartilhada. O fazer envolvido nessas situações pode ser de qualquer natureza, mas precisa ser do interesse dos que fazem. A variação de lugares de saber e poder precisa ser alternada entre os participantes. Encontros para fazer um jogo, uma leitura, assistir um filme, fazer uma sacola, fazer ginástica, brincar, etc. precisam ser organizados de forma que os participantes interajam e conquistem algo em conjunto, ou seja, porque colaboraram entre si.

É necessário, portanto, ter o processo de produção/planejamento como fomento ao convívio, logo, a questão chave é qualificar esse momento e, não exclusivamente, o resultado da produção ou trabalho coletivo.

EXERCÍCIO DE ESCOLHAS

Estratégia que fomenta responsabilidade e reflexão sobre as motivações e interesses envolvidos no processo. Os jogos, especialmente os jogos dramáticos, são oportunidades lúdicas para experimentar fazer escolhas e explicitar seus motivos, analisar as consequências, dimensionar as responsabilidades pelos acontecimentos. Organizar encontros que permitam interação e análise coletiva, em vez de aconselhamentos, agrega desenvoltura à explicitação das motivações em relação às escolhas que se faz.

TOMADA DE DECISÃO SOBRE A PRÓPRIA VIDA E DE SEU GRUPO

Estratégia que fomenta a capacidade de responsabilizar-se, de negociar, de compor, de rever e de assumir uma escolha. Organizar encontros com jogos que desafiem as pessoas a terem que decidir coletivamente, compartilhar motivações, negociar a relevância dos resultados e consequências ou simular um processo com questões do cotidiano do grupo constrói repertório e aproxima os participantes.

Sem dúvida, cabe sempre analisar os acontecimentos dos jogos ao final, em direção ao compartilhamento dos entendimentos circulantes.

EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E DIVERGÊNCIAS

Estratégia que permite o aprendizado e o exercício de um conjunto de habilidades e capacidades de compartilhamento, além do engajamento num processo resolutivo ou restaurativo. Criar um processo com fases: primeiro cada parte relata o conflito e seu entendimento para um profissional; depois, organiza-se uma conversa entre as partes, mediada pelo profissional; após os esclarecimentos, cada parte irá refletir sobre o que poderia fazer diferente numa outra situação e qual o aspecto mais grave da situação com duas pessoas que irá escolher e trazer para o próximo encontro.

Em novo encontro, as partes apresentam suas questões e o profissional apresenta uma proposta restaurativa para a eliminação dos aspectos graves da situação. Quanto mais esses procedimentos tiverem a participação dos usuários, serão experiências coletivas e, assim, poderão fortalecer e diversificar os modos de relação. São práticas democráticas e participativas que potencializam essa estratégia/método, a convivência/vínculos.

RECONHECIMENTO DE LIMITES E POSSIBILIDADES DAS SITUAÇÕES VIVIDAS

Estratégia que objetiva analisar as situações vividas e explorar variações de escolha, de interesse, de conduta, de atitude, de entendimento do outro.

Esse é um exercício que pode ser iniciado com a análise de filmes, novelas, histórias em que o cerne da estratégia é produzir entendimento sobre os limites enfrentados por personagens e as possibilidades de superação de situações desafiantes, ao mesmo tempo em que se produz diferenciação entre os diversos usuários participantes.

EXPERIÊNCIA DE ESCOLHER E DECIDIR COLETIVAMENTE

Estratégia complexa, que fomenta e induz atitudes mais cooperativas como resultantes de análise da situação, explicitação de desejos, medos e interesses; de negociação, composição, revisão de posicionamento políticos e capacidade de postergar realizações individuais. Essa experiência precisa estar vinculada a uma situação concreta. Num primeiro momento, pode ser ligada ao serviço, à organização do trabalho, a uma atividade de visita a um equipamento cultural, ou seja, o profissional pode criar uma situação que demande uma decisão coletiva e a vivência do que for decidido.

Após o acontecimento, é necessário analisá-lo coletivamente, dimensionando as diferenças de entendimento das consequências, das motivações, no processo de decisão, e depois de experimentar os resultados e consequências dele¹⁴.

EXPERIÊNCIA DE APRENDER E ENSINAR HORIZONTALMENTE

Estratégia que permite construir, nas relações, lugares de autoridade para determinadas questões, desconstruindo a perspectiva de autoridade por hierarquias previamente definidas. Implica a identificação de saberes e experiências dos usuários para que se possam organizar momentos em que cada um ocupe o lugar de quem ensina ou protagoniza uma situação. Os jogos cooperativos são uma ferramenta para preparação desses encontros, que, sem dúvida, são complexos e demandam do profissional a certeza de que eles têm coisas a ensinar entre si e para os profissionais. Identificar as habilidades e potencialidades dos usuários, famílias e grupos potencializa a prática profissional.

EXPERIÊNCIA DE RECONHECER E NOMINAR SUAS EMOÇÕES NAS SITUAÇÕES VIVIDAS

Estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e afetações, agregando vigor no enfrentamento das situações que disparam sentimentos intensos e negativos numa pessoa e/ou em um grupo. Novamente, os jogos dramáticos podem colaborar, pois exercitar as emoções, rir, chorar, gargalhar, comemorar, entristecer, enraivecer, compadecer-se, etc. agrega certo domínio sobre as emoções. Incluir perguntas nos diálogos, como: “O que sente quando isto acontece?”, “O que sentiu quando fez isso?”, “O que sente quando fala sobre isso?”.

E dizer: “Quando isto acontece comigo, eu choro” ou “Tenho muita vontade de rir, quando alguém fica nervoso”. Ou seja, expressar o que sente e interessar-se pelo que o outro sente colabora no estabelecimento de laços/vínculos.

EXPERIÊNCIA DE RECONHECER E ADMIRAR A DIFERENÇA

Estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e diversidades podem ser analisadas e problematizadas e, por fim, descoladas das diferenças, permitindo que características, condições, escolhas e objetivos sejam tomados em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico.

Essa experiência pode ser organizada a partir da literatura que evidencie situações de desigualdade e diversidades, permitindo separar o personagem e suas características do desvalor a elas atribuídas. Esse exercício pode ser exercitado pela inversão das coisas que são valorizadas para evidenciar as dificuldades que produzem. Associado a esse movimento de desconstrução é importante associar a construção da admiração e do respeito.

As biografias podem ser um recurso importante para construir a admiração pela diferença, pois permitem conhecer as características e construir um entendimento sobre elas. Os filmes *Edit Piaf*, *Dois filhos de Francisco*, *Gonzaga – De pai pra filho*, entre outros, podem ser bons pontos de partida, a abordagem irá depender do grupo e do profissional que topa o desafio.

Fonte: *MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS); SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2017.*

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, vinculado a Proteção Social Básica, pode ser executado de duas formas. São elas o SCFV de forma indireta ou direta, de acordo com quem o oferta. Mas o que isso de fato significa?

Antes de começarmos a falar sobre as diferentes formas de oferta do SCFV, cabe esclarecer algumas das suas características básicas.

O que é o SCFV?

O SCFV é um serviço oferecido no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) do SUAS e por isso é referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). É concebido de maneira a complementar o trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV é direcionado por quais normas?

Foi regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009, que dá corpo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) e reordenado através da Resolução nº 01/2013 dessa mesma instância.

Qual é o público-alvo do SCFV?

O serviço é voltado a todos que dele necessitar, com ênfase àqueles citados na TNSS. Considerando as especificidades de cada ciclo de vida, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais carrega uma descrição detalhada dos grupos organizados a partir de faixas etárias. Sucintamente podem ser apresentados assim:

- Crianças até 6 anos;
- Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Pessoas idosas.
- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Como funciona o SCFV?

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (Perguntas frequentes: SCFV, 2017, p. 8).

Sob a condução do orientador social a prestação em evidência efetiva atendimentos em grupos de até 30 usuários em cada momento. Além disso, esses encontros podem acontecer diariamente, semanalmente ou, ainda, quinzenalmente.

Quais os objetivos do SCFV?

A TNSS define que são objetivos gerais do SCFV:

- Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;
- Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades;